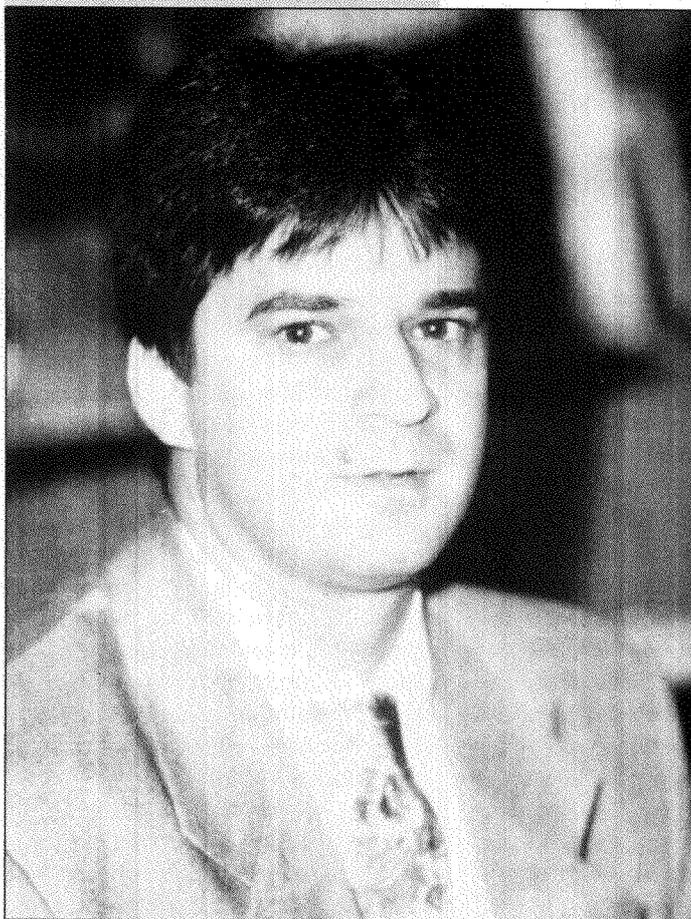


# **ARQUIVO 30**

Artigo

# A ALCA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ESCOLHA INTERTEMPORAL



**RICARDO MOYSÉS RESENDE,**  
Mestre em Economia. Professor do  
Departamento de Economia da FCG/UNA.

Os economistas precisam conhecer um pouco mais acerca dos seres humanos e da natureza, se desejarem que a Ciência Econômica

nistas, Renascentistas, Mercantilistas e Fisiocratas, a exemplo de Sir William Petty, Richard Legrand Cantillon, François Quesnay entre outros.

continue a progredir.

Embora o desenvolvimento econômico<sup>1</sup> seja um assunto que se destaca nos últimos anos, esta questão é secular no estudo da ciência econômica. Não obstante a economia ter tomado foros de ciência a partir do século XVIII, desde os primórdios e das reflexões sobre a economia, questões como aumentos na produção, consumo e distribuição da riqueza já eram tópicos analisados por pensadores da época, tais como Platão, Aristóteles e pensadores Ilumi-

Tamanho era o problema que o objeto de estudo dos primeiros economistas científicos foi com a formação, distribuição e consumo da riqueza, temas estes tão decantados pelos clássicos como Smith e Ricardo, por exemplo, e que continuou a ser discutido, mesmo que com diferentes enfoques, por Keynes, Schumpeter, Harrod e Domar e tantos outros economistas modernos. O certo é que de Administração da comunidade doméstica, OIKOSNOMIA (Administração da casa) e ciência do abastecimento, a economia passou a se preocupar cada vez mais com desenvolvimento, tornando ainda mais enfática esta questão após a crise do início dos anos trinta e período entre guerras.

Mas, somente no final do século XIX, através de Marshall, é que o conceito de condições de bem-estar vem surgir com destaque na literatura econômica, apesar desta ciência se enquadrar no campo das ciências sociais; que têm como escopo a busca do bem-estar social. Mesmo após o conceito de "Welfare State" ter estado em evidência no pós-guerra, até a década de setenta, somente agora, final do segundo milênio, é que a questão social vem obtendo espaço na teoria econômica, emergindo à tona com esta o conceito de desenvolvimento sustentável.

\* Artigo produzido com a colaboração da AIESEC. Agradeço o total apoio do IPAT/UNA e FCG/UNA.

<sup>1</sup> Entenda-se que usaremos os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento econômico como sinônimos, visto que conforme será discutido adiante, o desenvolvimento, por ser um processo de transformação global, onde o aspecto econômico e preponderante, é usualmente citado como desenvolvimento econômico.

Hoje, com o processo de globalização da economia, comércio intra e inter-blocos, e as diversas modalidades de integração econômica, buscando aumentos na produção e comercialização de bens e serviços, até que ponto podemos afirmar que uma nação está se desenvolvendo e se sustentando ao mesmo tempo. Mas afinal, qual é o real conceito de desenvolvimento? O que é sustentabilidade?

No tocante a economia brasileira, visto que estamos em processo de evolução do MERCOSUL, e em fase de discussões sobre ALCA - Área de Livre Comércio das Américas e de uma possível

integração com a União Européia, dentre outros acordos comerciais, quais seriam os efeitos destes sobre o nosso desenvolvimento sustentável? Até que ponto a ALCA poderá contribuir para o processo brasileiro e latino-americano de desenvolvimento, com sustentabilidade? Qual o papel dos setores público e privado nestas negociações? Poderemos falar em desenvolvimento se o processo de integração no âmbito da ALCA não implicar em promoção de vida melhor para todos os cidadãos?

No caso específico da integração econômica do Continente Americano, ALCA, torna-se necessário um estudo sobre os

pontos principais que nortearão este processo de integração. É fato notório as diferenças de produtividade, investimentos, capitais, relações de trabalho e legislações existentes entre os diversos países membros, tornando necessária uma busca de soluções para vencer o desafio de integrá-los e preparar os menos competitivos a um mercado livre, face as enormes assimetrias existentes em seus níveis de desenvolvimento econômico, pois ao mesmo tempo em que estas desigualdades representam um obstáculo à integração, podem se transformar em um estímulo ao desenvolvimento dos países menos competitivos.

## O Conceito de Desenvolvimento

Uma questão relevante é o próprio conceito de desenvolvimento. Na maioria das vezes se utilizam os termos desenvolvimento e crescimento como sinônimos. Desenvolvimento não coincide com crescimento. O crescimento econômico relaciona-se à ampliação quantitativa da produção. Assim, podemos defini-lo como a expansão do produto real de uma economia durante determinado período de tempo. O crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Sabemos que o crescimento se refere a incrementos quantitativos, eventualmente medidos em valores de elementos físicos, e o desenvolvimento implica em melhorias qualitativas. O crescimento ignora a qualidade do ambiente, a distribuição de renda e outros fatores

sociais. Portanto, o desenvolvimento se distingue do crescimento por uma maior amplitude; pela presença de elementos que, mesmo às vezes expressos em termos quantitativos e representados sobre algum tipo de escala, de mensuração, pertencem a uma classe de fatores qualitativos. Enquanto o crescimento considera variáveis já qualificadas e para as quais existe concordância de pontos de vista, o desenvolvimento utiliza um conjunto mais extenso de elementos ainda não definidos por unanimidade. A idéia de desenvolvimento portanto está necessariamente associada às condições de vida da população. Existem pois grandes dificuldades para se medir o nível de desenvolvimento de um país, dado que não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Mas qual seria então uma aproximação da

definição de desenvolvimento? Segundo o professor Bresser Pereira<sup>2</sup>, "O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a torna-se automático e autônomo." Também podemos conceituá-lo pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais "per capita". É, portanto, um fenômeno de longo prazo, implicando na ampliação da produção, do mercado e da produtividade.

Um ulterior obstáculo a uma definição única da noção de desenvolvimento é que este pode ser interpretado, como processo, e não como condição.

## Do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: uma escolha intertemporal

A literatura sobre o desenvolvimento sustentável cresceu sensivelmente nos últimos anos. Dezenas de definições e de estudos foram produ-

zidos na tentativa de encontrar os contornos exatos deste conceito. Tal atividade investigativa não gerou um grupo de conhecimentos coerentes e

unívocos, todavia, deu lugar a propostas contrastantes, que nem sempre conduzem à divergências de fundo. É plausível que a etimologia do adjetivo "sus-

<sup>2</sup> PEREIRA, Luiz C. Bresser, *Desenvolvimento e crise no Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 16.<sup>a</sup> edição, 1972, p. 19.

tentável”, suficientemente manifestada, tenha evitado discordâncias mais amplas, conferindo unidade às diferentes interpretações. A literatura elaborou este significado, tanto que não há dúvidas a respeito do fato de que o desenvolvimento sustentável se refere à postergação, ou seja, à não deterioração de uma “condição prévia” ao longo do tempo. Dificuldades, no sentido de discordâncias, aparecem a partir da exigência de delimitar com exatidão os conteúdos da “condição prévia” que se pretende manter.

São, em linha com o desenvolvimento sustentável as decisões presentes que não prejudiquem os “standard” de vida no futuro, a utilização do ecossistema, da biodiversidade e das espécies que concitam as mesmas a se renovarem indefinidamente, a utilização dos recursos com taxas não superiores às aquelas de regeneração e uma utilização do ambiente não excedente às capacidades assimilativas do mesmo. Com maior amplitude e precisão, o desenvolvimento sustentável pode ser também definido como um vetor, crescente no tempo, uma escolha intertemporal de objetivos sociais desejáveis, tais como: incrementos da renda “per capita”, melhorias do estado de saúde, níveis educacionais aceitáveis, acesso aos recursos, distribuição mais equitativa da renda e garantia das liberdades fundamentais.

Na verdade, tais definições parecem não apresentar problemas insuperáveis, dada suas homogeneidades. Exceto a última, que evidencia com maior rigor os conteúdos do desenvolvimento, todas estão baseadas no reconhecimento de uma equivalência intertemporal entre sustentabilidade e resguardo das possibilidades de vida no futuro.

A definição de desenvolvimento sustentável, mais difundida, e a que tem maiores consensos: é o bem estar das futuras gerações não deve ser inferior a que das atuais, ou seja, a “utilidade dos bens” não deve ser decrescente no tempo. É evidente, contudo, que esta definição genérica não tem consenso,

porque não resolve as limitações da noção de desenvolvimento sustentável.

Quais são as decisões que, tomadas hoje, não danificam as gerações futuras? Em que medida a utilização dos recursos deve ser contida hoje, se si deseja tutelar o desenvolvimento no futuro? Mais rigorosamente, quais condições asseguram que a “utilidade dos bens” não decrescerá no futuro? A literatura específica simplesmente, tende a indicar, a constância do estoque de capital (a riqueza reproduzível pelo homem, ou seja, “man-made”), como condição necessária para o desenvolvimento sustentável. Porém, este é um conceito restrito de sustentabilidade, que exclui os recursos naturais.

Assim, é possível, voltar ao argumento principal, contido no conceito de desenvolvimento sustentável. Os últimos anos impuseram à nossa atenção o problema da utilização do ambiente. Percebe-se que este último foi utilizado além de qualquer outro limite, talvez além de suas capacidades de regeneração, ao mesmo tempo em que se manifesta a escassez de certos recursos fundamentais, particularmente energéticos, cuja quantidade não é ilimitada. Considerações éticas induzem os estudiosos a enfatizar o problema da equidade e da escolha intertemporal entre gerações: se as possibilidades de vida das gerações futuras devem ser tuteladas, ocorre conceber novos modelos de desenvolvimento.

Sucessivamente é necessário definir exatamente quais são as medidas, escolhas, decisões, que não contrastem com a sustentabilidade. É aqui, na especificação das condições, ou seja, dos meios para a realização do desenvolvimento sustentável que a evasibilidade das interpretações subjetivas se torna impossível. Um tipo de concordância é alcançada, graças a hipótese de “utilidade” não decrescente no tempo. Permanecem abertos, todavia, alguns problemas a saber:

- Qual é o ponto de otimização de recursos naturais, dada a sua relativa escassez, sejam estes renováveis ou

não? Quais os possíveis impactos no consumo das mercadorias que utilizem na sua fabricação recursos naturais escassos? Seria o desenvolvimento sustentável uma resposta frente à esta escassez mencionada, ou seja a utilização ótima dos recursos?

- Não faz sentido discutir o uso racional de técnicas de recursos não renováveis, mesmo com todo o aparato que se funda para a racionalidade da atividade. Muitas atividades produtivas acarretarão uma depredação de recursos que se tornarão cada vez mais caros e escassos. Portanto, torna-se necessário fazer hipóteses sobre a taxa de substituição entre os recursos naturais e a riqueza produzida pelo homem, ou se existe independência das gerações futuras pelos recursos não renováveis, ou seja, referir-se a um horizonte temporal limitado.
- Como caracterizar as preferências das gerações futuras, quando não se conhecem exatamente aquelas da atual? O que é uma exata mensuração do “estoque de capital” e do “estoque de recursos naturais”? Talvez possamos classificá-los não como uma base imutável de recursos disponíveis, mas sim como um conjunto de reservas de recursos, tecnologias e políticas de controle, que permitam manter ou expandir as possibilidades de produção das gerações futuras. Contudo, é a própria referência às possibilidades de produções futuras, às mudanças, que introduz um elemento de ambigüidade.

Provavelmente, as dificuldades na especificação do desenvolvimento sustentável dependem, essencialmente, da presença do tempo, e portanto da incerteza. É verdade, porém, que um sistema formal que leve em consideração o tempo, mesmo se mais rigoroso, pode permitir a dedução das condições do desenvolvimento sustentável somente se negar a própria natureza. Tal fechamento é possível somente graças à introdução de hipóteses e suposições, acerca do futuro.

## A ALCA e o Desenvolvimento Sustentável

**T**oda esta temática sobre desenvolvimento sustentável passou a ocupar posição de destaque no estudo da economia ambiental, após a publicação do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 'Nosso Futuro Comum', em 1987, conhecido como relatório Brundtland.<sup>3</sup>

Como um dos principais objetivos do Acordo de Livre Comércio é o de contribuir de forma positiva para o desenvolvimento econômico dos Países Membros, com bases sustentáveis, torna-se condição necessária, neste momento, uma análise sobre até que ponto o Acordo pode contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável da economia brasileira.

É inegável que os processos de crescimento econômico conduzem, à degradação ambiental. A produção é também uma destruição. Não se aplica na produção econômica a Lei de Lavoisier de que na natureza nada cria, nada se perde, tudo se transforma; aliás, transformar, às vezes os resíduos da produção se transformam, só que em poluição, gases, calor e outros tipos de externalidades negativas.

A questão passa a ser se as transformações que a atividade humana impõe a natureza preserva os recursos não renováveis, e se os efeitos destrutivos da produção não superam os benefícios, mesmo quando se utilizam recursos renováveis. É fato notório que nas últimas décadas houve um maior "consumo do meio ambiente" devido ao crescimento econômico, alterando as relações entre o homem e a natureza e transformando alguns bens livres ou abundantes na natureza em bens escassos ou econômicos. Neste momento passam a ser considerados alguns

aspectos econômicos dos problemas ambientais, visto que a tomada de decisão no sentido econômico deve visar a maximização do bem estar social e que nem sempre um processo de crescimento resulta numa distribuição justa da renda.

Este, como alguns outros problemas levaram estudiosos a advogarem uma taxa de crescimento zero. Não se deve adotar uma posição extrema e, se deve aceitar a tese de que o *trade off* entre crescimento e preservação ambiental somente será possível com a degradação do meio ambiente.

Fica clara a idéia de que o crescimento econômico somente poderá conviver com a necessária preservação do meio ambiente e manter razoáveis fontes de abastecimento de matérias primas, desde que passe a incorporar novas técnicas de produção voltadas e estes objetivos.

A partir destes problemas surgem os questionamentos de como se iniciar um processo de crescimento econômico ou retomar um novo processo, já que os recursos existentes estão cada vez mais deteriorados. É questão fundamental uma reavaliação das bases, dos mecanismos e dos resultados do desenvolvimento. Os problemas ambientais passaram a ganhar corpo, surgindo uma interface entre a análise econômica e a preocupação com o destino dos ecossistemas.

E é neste estágio que devemos considerar alguns aspectos do acordo da ALCA, em relação ao desenvolvimento sustentável. A própria integração dos países pobres na economia internacional, a partir do processo de integração econômica, requer a definição de algumas condições, tais como:

- As novas economias integradas, geralmente as menos favorecidas, não

podem continuar a utilizar como diferencial suas vantagens comparativas de abundância de terras férteis, recursos naturais e mão-de-obra barata. Para uma integração benéfica a todos os países membros é condição *si ne qua non* a definição de uma política gradativa de abertura de mercado, uma política industrial apropriada, associada a uma política de ciência e tecnologia, capazes de sustentarem o crescimento econômico.

- Definição e compatibilização de uma política ambiental comum em toda a área de livre comércio, visto que ao mesmo tempo em que esta pode se constituir em uma barreira não tarifária ao comércio externo, pode se transformar também em um diferencial de ganho de produtividade e menores custos de produção, as custas de fortes danos ambientais. O acordo deve estar em consonância com as legislações ambientais de cada país, visando com que cada um promova seu desenvolvimento, mas de forma sustentada.
- Fortalecimento do capital humano, visando a erradicação da pobreza, das diferenciações salariais, de condições de trabalho e seguridade social. Cada indivíduo deve se apresentar ao mercado de trabalho em iguais condições de competição, tanto físicas, quanto tecnológicas e culturais, gerando assim iguais oportunidades de trabalho para todos os cidadãos independentemente de sua origem nacional.
- Acesso a toda a população da oportunidade de usufruir do novo leque de produtos e serviços ofertados no mercado, pois não poderemos falar em desenvolvimento caso o frutos deste processo não seja repartido a todo os componentes da sociedade.

<sup>3</sup> Segundo o relatório, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Oportunidade esta não somente de consumo, mas também de acesso a educação, saúde, e etc e que se fundamentam em uma melhor distribuição da renda nacional.

Para que estas e demais condições necessárias a um bom funcionamento do acordo de livre comércio se tornem realidade e possam conduzir o País a uma posição elevada no mercado glo-

bal e ao mesmo tempo transportá-lo a condição de desenvolvido sustentável, é de fundamental importância a participação dos setores público e privado neste processo.

## **Posição do Setor Privado**

**A** liberdade de mercado do sistema econômico capitalista permite maior flexibilidade às organizações privadas, facilitando as transações comerciais entre os diferentes países e quebrando barreiras antes existentes.

Há uma discussão grande em torno das “regras do jogo” do setor privado em

relação ao futuro da humanidade, pois, como advogamos o processo de desenvolvimento deve atender às necessidades de crescimento econômico, sem comprometer as gerações futuras, priorizando a melhoria da qualidade de vida e a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente. A ISO 14000 poderá reduzir a adoção de um

sistema de “economia autosustentável” como exigência das transações comerciais, de forma a incentivar auto-organização e auto-regulamentação de procedimentos para proteção do meio ambiente. São inovadores os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e de Marketing Ecológico como recurso de conquista de mercado.

## **Papel do Setor Público**

**O** setor público deve encarar seu papel neste contexto, dada sua forte influência neste processo, promovendo mudanças em sua estrutura rumo ao desenvolvimento sustentável. Dentre os principais ajustes necessários ao setor público podemos destacar:

- Estimular o governo representativo de forma democrática. Não podemos falar em desenvolvimento caso não haja uma participação democrática. A questão é: em quais condições um acordo de integração conduzirá ao

desenvolvimento, e qual o papel do governo? A abertura de mercado necessita de um Estado forte, decidido, participativo.

- Elaboração de políticas fiscais consistentes com o desenvolvimento sustentável, através de incentivos e ou taxações às empresas que praticarem políticas compatíveis com o meio ambiente ou elevados índices de poluição.
- Administração apropriada de recursos

através de leis que protejam o ambiente, além da promoção de veículos divulgadores de medidas de conservação de energia e utilização de formas alternativas.

- Promover a possível revisão das responsabilidades internacionais de cada nação, revisando acordos, tratados e convenções, visando padronização internacional de leis para o ambiente, com a finalidade de colocar o desenvolvimento sustentável na linha de frente.

## **Conclusão Geral**

**A**s mudanças ora em curso na economia mundial, abrindo cada vez mais perspectivas na condução de políticas e diplomacias regionais e integrando economicamente as nações, sugerem um estudo mais detalhado sobre as mesmas.

O desenvolvimento econômico depende de políticas adequadas, de um “desenvolvimento sustentável”, fluxo crescente de investimentos produtivos, setores dinâmicos, comércio sem barreiras, sem subsídios e nem práticas desleais. Comércio e integração

econômica são sem dúvida fatores essenciais para elevar padrões de vida e condições de trabalho, desde que assumam uma postura transparente e democrática, conduzindo os frutos do progresso a todos os segmentos da sociedade.